

*Ministério das Relações Exteriores*

*O Fortalecimento de uma Perspectiva  
Brasileira nas Relações Internacionais*

*Discursos de Formatura  
Instituto Rio Branco  
abril de 1999*





*Ministério das Relações Exteriores*

O Fortalecimento de uma Perspectiva  
Brasileira nas Relações Internacionais

*Discursos de Formatura  
Instituto Rio Branco  
abril de 1999*



Fundação Alexandre de Gusmão

Apoio  
Projeto Bra/97/002  
Gráfica do MRE

**Presidente**

Alvaro da Costa Franco Filho

**Diretora de Administração Geral**

Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa

**Coordenação Editorial**

Sebastiana Maria de Azevedo

**Editoração Eletrônica**

Eliete Passos e

Isnaldo Pereira Martins de Souza

**Criação da capa**

Sebastiana Maria de Azevedo

Fotografia extraída do livro Palácio Itamaraty - Banco Safra, p. 179  
Escultura - Mary Vieira, *Ponto de Encontro*, 1969

Ficha Catalográfica

**ISBN**  
**85-87480-04-9**

B823f

Brasil. Ministério das Relações Exteriores

O Fortalecimento de uma Perspectiva Brasileira nas Relações Internacionais discursos de formatura do Instituto Rio Branco .  
- Brasília : FUNAG,1999.

33p.

Brasil - Relações Exteriores (discursos)

I. Fundação Alexandre de Gusmão II. Instituto Rio Branco

III.

Título

C D U 327 (81) (042)

O Fortalecimento de uma Perspectiva  
Brasileira nas Relações Internacionais

*Discursos de Formatura*  
*Instituto Rio Branco*  
*abril de 1999*



## Índice

<b>Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso .....</b>	<b>7</b>
<b>Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores .....</b>	<b>15</b>
<b>Discurso do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, Paraninfo da Turma .....</b>	<b>23</b>
<b>Discurso do Secretário Pedro Luiz Dalcerro, Orador da Turma "Ítalo Zappa" .....</b>	<b>29</b>





## **Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso**

Brasília, 30 de abril de 1999

A participação do Presidente da República nesta cerimônia é um daqueles casos em que a observância do protocolo não é mera tradição formal, mas tem um conteúdo político e um significado ético: o da valorização da idéia e das instituições do serviço público.

O Itamaraty representa à perfeição essa idéia. Vocês, que hoje se formam pelo Instituto Rio Branco, estão ingressando em uma instituição que se identifica com a nossa melhor vocação de trabalho pelos interesses nacionais e pelo bem comum. Uma instituição que, geração após geração, vem dedicando esforços contínuos à tarefa de responder aos desafios que se apresentam ao Brasil no cenário internacional.

E o testemunho pessoal do Ministro Lampreia nos revela precisamente o substrato humano desse compromisso institucional, que atravessa diferentes governos e diferentes ideologias.

A diplomacia, carreira de Estado, se faz na perspectiva do Estado brasileiro.

O Ministro Lampreia nos adverte também para a necessidade de realismo e sentido histórico na atuação da diplomacia, um realismo que se opõe à ingenuidade, mas que não exclui a utopia, e um sentido histórico que exige a abertura às transformações, mas que não exclui a continuidade na afirmação de nossa autonomia como país.

Essas duas preocupações são essenciais para a compreensão da posição do Brasil em um cenário internacional extremamente complexo e que se transforma em ritmo sem precedentes.

Um cenário internacional que nos coloca diante de novas interrogações, tanto na economia como na política.

Aos jovens diplomatas que hoje iniciam a sua vida profissional, não faltarão problemas a desafiar a capacidade de análise e de formulação de políticas.

Como organizar o sistema financeiro internacional para assegurar a sua estabilidade e prevenir ou minimizar a ocorrência de crises?

Como garantir que os fluxos financeiros internacionais funcionem como fator de promoção do desenvolvimento e não como fonte de turbulências que afetam a própria tessitura da economia internacional e que trazem prejuízos a todos, desenvolvidos ou em desenvolvimento?

Como avançar no sentido de uma liberalização equilibrada do comércio mundial, que leve em conta a necessidade de maior simetria e maior justiça nas trocas internacionais e a importância de contar com mecanismos de proteção às economias mais vulneráveis?

Que tipo de ordem econômica internacional é necessária para que a liberdade dos negócios resulte em uma redução progressiva das desigualdades?

Como aprofundar e fortalecer o Mercosul?

Como alcançar o equilíbrio necessário na integração hemisférica e no relacionamento com outras regiões, como a União Européia?

Como revitalizar o sistema de segurança coletiva para que ganhe legitimidade e para que seja eficaz na manutenção da paz? Qual é o caminho para criar espaços de legitimidade nos quais o diálogo e a ponderação se substituam às vontades hegemônicas e às soluções de poder?

Como dar vida aos propósitos inovadores das conferências globais das Nações Unidas sobre temas cruciais como os direitos humanos, a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social ou os direitos das mulheres?

Essas perguntas são fundamentais para a articulação da política externa. Como respondê-las? Quero dar-lhes alguns elementos que, em minha experiência, resultam essenciais para a orientação dos que tomam decisões e dos que as executam.

São lições que recolhi em meus estudos e em meu trabalho em áreas ligadas à política internacional, primeiro como Senador, depois como Chanceler e agora como Presidente. São idéias que poderão ser úteis a vocês que iniciam hoje o seu trajeto na diplomacia.

#### 1ª lição: A necessidade de clareza

Uma política externa se faz, sobretudo, com a compreensão clara dos problemas mundiais e, ao mesmo tempo, do que queremos e podemos em nossa relação com as realidades de nosso tempo.

E uma compreensão clara não é sinônimo de acumulação de informações. Sobretudo em nossos dias, é preciso ser capaz de separar a boa informação, que nos ajuda a entender a realidade, da retórica e da propaganda, que nos ajudam a entender o que outros querem da realidade.

Nunca foi tão grande a massa de dados à disposição dos diplomatas. Nunca foi tão grande a necessidade de ser seletivo na busca da boa informação e de ser capaz de processá-la para produzir conhecimentos relevantes.

#### 2ª lição: A necessidade de uma perspectiva brasileira

O mais importante é que sejamos capazes de olhar essas questões com olhos brasileiros, buscando identificar os espaços para a projeção de nossos interesses, conhecendo os nossos pontos fortes e as nossas vulnerabilidades.

Muito já se falou sobre os recursos de poder que os países podem mobilizar para a promoção de seus interesses no plano internacional. Mas os recursos de poder não têm utilidade se o país não está capacitado para entender onde estão os seus interesses.

Essa é a importância - se me permitem a digressão - do Instituto Rio Branco e da formação de um quadro profissional de diplomatas: é a criação contínua e o fortalecimento de uma perspectiva brasileira nas relações internacionais. Ninguém fará isso por nós e se não o fizermos não estaremos prontos a responder aos desafios de nosso tempo, ou melhor: responderíamos a eles, porque a ação é inevitável, mas responderíamos cegamente, de forma irresponsável.

Para responder com inteligência, é preciso dedicar-se com seriedade ao esforço de análise e de interpretação dos fatos à nossa volta e a homenagem ao Embaixador Ítalo Zappa é muito merecida precisamente porque ele foi, em sua geração, um dos exemplos mais acabados de como a lucidez e o desprendimento podem se aliar em favor do interesse nacional.

### 3ª lição: A necessidade de referência a valores

Nenhuma política externa racional pode se fazer em luta contra os fatos. Os fatos são duros e, quando nos chocamos com eles, o resultado tende a ser doloroso.

Mas nenhuma política externa digna pode se fazer sem a moldura de determinados valores básicos.

Não há melhor exemplo disso do que o tratamento das questões de direitos humanos no plano internacional. O Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, paraninfo desta turma, tem-se destacado no estudo e na promoção dos mecanismos de cooperação internacional para a proteção dos direitos humanos.

O seu trabalho, ao lado de tantos outros, ajudou a construir, para o Brasil, uma relação mais aberta, mais arejada com o interesse da comunidade internacional nessa área.

Essa relação serve como exemplo de como a nossa ação externa deve refletir os valores em que acreditamos e de como essa perspectiva ética no plano externo pode contribuir para que o Brasil seja um país melhor, mais justo, mais solidário.

### 4ª lição: O tempo próprio da diplomacia

Análise e interpretação exigem cautela, paciência e uma sensibilidade que é própria às coisas da diplomacia.

A diplomacia, por exemplo, tem o seu tempo próprio. As coisas se fazem, aí, em uma perspectiva de longo prazo, que vai muito além das manchetes de hoje, dos efeitos sentidos no dia de hoje ou do governo que se encontra no poder no dia de hoje.

Às vezes, é difícil entender isso. Pode ser particularmente difícil quando se está preso ao curto prazo ou quando se confunde o êxito com a visibilidade de efeitos imediatos.

5ª lição: A necessidade de equilíbrio

É sempre fácil, para qualquer governo, encontrar oportunidades para gestos espetaculares ou para manifestações de ilusória grandeza.

É sempre fácil falar de forma grandiloqüente e até exaltada sobre o interesse nacional.

É mais difícil entender a complexidade das relações internacionais e das tarefas que devemos enfrentar para realizar a verdadeira grandeza do Brasil, uma grandeza que não se constrói em aventuras retóricas, mas através da solução de nossos problemas internos, através do desenvolvimento econômico e da justiça social, e sempre, invariavelmente, sobre a base de um patrimônio de credibilidade que nos distingue em nossas relações com os demais países.

Nossa força decorre de nosso peso específico, mas também, e sobretudo, de nossa capacidade de convencer, de ter uma proposta de legitimidade.

A contribuição do Brasil às discussões internacionais sempre foi pautada pela ponderação, pelo equilíbrio, pela busca de soluções negociadas e pela recusa a todas as formas de imposição. Isso vem daquilo que somos: dos valores de nossa sociedade e das características de nossa inserção no mundo.

Somos um país democrático, amante da paz, sem problemas de fronteiras, com relações exemplares de cooperação com todos os países vizinhos.

Temos uma tradição de respeito ao direito internacional.

Somos um país voltado para o desenvolvimento e a justiça social.

Por isso, a nossa vocação é a de procurar as soluções justas, duradouras e que valorizem os princípios fundamentais da boa convivência entre as nações.

Conclusão: os desafios atuais e os objetivos do Brasil

O exame dos problemas mais prementes de nosso tempo revela a importância desses elementos: clareza na compreensão da situação; a autenticidade de uma visão brasileira; a referência aos valores fundamentais; a sensibilidade para o tempo da diplomacia; e a busca da negociação e do equilíbrio.

Vivemos hoje, na guerra do Kosovo - embora sem envolvimento direto do Brasil - uma situação que nos preocupa gravemente, tanto por seus aspectos humanos como pelo seu impacto sobre o ordenamento político e jurídico das relações internacionais.

Este é, tipicamente, um problema que não comporta soluções simples ou absolutas.

O Brasil não pode aceitar as violações sistemáticas de direitos humanos, que neste caso atingem níveis que evocam algumas das memórias mais tristes e mais obscuras de nosso século.

Tampouco nos satisfaz, no entanto, uma estratégia de solução baseada no uso unilateral da força, fora dos quadros de legitimidade das Nações Unidas.

De um lado e de outro dessa questão, e qualquer que venha a ser o resultado do atual conflito, o que ocorre no Kosovo terá consequências importantes para a ordem internacional.

O Brasil espera que, em breve, se alcancem espaços de negociação e diálogo que permitam uma solução que, acima de tudo, deve assegurar os direitos fundamentais de todos os kossovares e erradicar a prática intolerável da depuração étnica, prática que representa a negação mais absoluta dos valores de pluralismo e tolerância que constituem a base de nossa forma de vida.



No plano econômico, os desafios não são menores.

As crises da Ásia e da Rússia, bem como o seu impacto sobre o Brasil, mostraram o alto custo da volatilidade dos mercados internacionais.

Claramente, o sistema financeiro internacional precisa ser aperfeiçoado.

Mas, também aqui, é preciso evitar a tentação das soluções extremas, mesmo que elas gerem boas manchetes. Não encontraremos respostas adequadas nem no fundamentalismo do mercado nem no retorno a esquemas autárquicos, estatizantes.

É preciso trabalhar para construir um caminho intermediário e o diálogo internacional nos próximos anos terá que dar a devida atenção a essa questão.

Essas considerações nos mostram o quanto é necessário, nos dias atuais, refletir sobre o mundo que queremos.

O Brasil não tem respostas para todas as perguntas, nem pretende tê-las. Acreditamos em um diálogo genuíno. Mas temos, ao mesmo tempo, a noção clara de nossas linhas de ação, de nossas prioridades.

Queremos, como assinalou o Ministro Lampreia, o desenvolvimento e esta é a nossa prioridade.

Queremos um Mercosul fortalecido e que seja, cada vez mais, uma referência para todo o mundo.

Queremos uma América do Sul próspera, integrada e democrática, em condições de diálogo ativo com as demais regiões.

Cultivamos uma preferência pelo direito internacional e consideramos que joga em nosso favor o prestígio das instituições multilaterais.

Buscamos a difusão dos valores democráticos e de justiça social.

É no espírito desses objetivos que vocês, formandos do Instituto Rio Branco, se prepararam para assumir as

responsabilidades do serviço público e para ajudar na formulação e na execução da política externa.

Recebam os meus parabéns e os meus desejos sinceros de que, inspirados no trabalho já realizado pelo Itamaraty, vocês possam alcançar resultados ainda mais proveitosos para o Brasil.

O mundo se torna cada vez mais complexo e os desafios são cada vez maiores.

Mas temos a compensação de que cada geração pode aspirar a ser melhor do que a anterior, aprender com os seus erros e construir sobre os seus acertos. Esse é o sentido dessa cerimônia.

Boa sorte a todos vocês e muito obrigado.



## **Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores**

Senhor Presidente,

Cerimônias como esta despertam em nós que já somos mais vividos uma combinação de sentimentos.

Primeiro, ver refletido, nesse grupo de jovens, o momento em que éramos nós os diplomatas de primeira viagem. Recordar o que então imaginávamos viver e o que efetivamente vivemos.

Segundo, o de nos colocarmos hoje na posição dos formandos e, juntamente com eles, tentar entender o presente e antecipar o futuro: como serão o Brasil e o mundo de amanhã e qual será o papel de nossa diplomacia.

Às voltas com estes sentimentos, não resisto à tentação de retornar ao momento da minha formatura, naquele turbulento e tão distante ano de 1963. O Presidente Fernando Henrique concordará que, para nós que já éramos adultos, não foram aqueles tempos que se possam esquecer.

Ainda no primeiro ano do Rio Branco, tínhamos vivido na crise dos mísseis de Cuba o episódio da História em que mais claramente esteve em jogo a própria sobrevivência da humanidade.

Não sabíamos exatamente o que concluir daquele evento. Por um lado, estimulava-nos ver que a diplomacia estava no centro de tudo, que, no universo profissional no qual iríamos ingressar, se decidiam os destinos do mundo.

Por outro, a noção para nós muito frustrante de que, naquele momento, o quadro internacional se resumia praticamente a um confronto entre duas ideologias, dois blocos, dois governos, em última instância, a dois homens, Kennedy e Kruschev.

Duas semanas depois de sermos nomeados Terceiros Secretários, mais um acontecimento dramático: o assassinato do Presidente Kennedy.

Quando meus colegas e eu estávamos sentados no lugar dos formandos de hoje, portanto, o mundo não era propriamente estável ou previsível. Ainda assim, nenhum de nós poderia imaginar o rumo que a História iria tomar, o alcance das transformações que iriam ocorrer. A História, aliás, ensina a necessidade de certa modéstia, ou ao menos de alguma prudência intelectual.

O destino porém, guardava provações ainda maiores para a nossa geração. A mais delicada foi a longa convivência com o autoritarismo – circunstância histórica a que se submeteu o Brasil, tanto em razão de sua problemática interna, quanto das vicissitudes da confrontação ideológica global.

Passamos os jovens diplomatas dos anos 60 a concentrar todas as nossas energias na luta pela superação do subdesenvolvimento econômico.

Esta travessia foi marcada por eventos memoráveis como a II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e tantos outros em que minha geração, liderada por colegas mais antigos, como Azeredo da Silveira, Ronaldo Costa e George Maciel, encontrou energia e motivação na idéia de que, embora não pudéssemos participar mais plenamente, como cidadãos e servidores públicos, das mudanças que queríamos para o Brasil, nos dedicaríamos a trabalhar por uma política externa mais ambiciosa e afirmativa, bem como pela construção de uma ordem internacional mais justa e favorável à afirmação e ao desenvolvimento do País. Foi o que fizemos, com convicção e entusiasmo.

O Brasil dava naquela altura um grande salto em termos de progresso material, de infra-estrutura, de industrialização, de comércio exterior. À medida que o tempo passava, por conseguinte,

falávamos e atuávamos em nome de um país cada vez mais importante, cioso de sua independência e autonomia.

O vigor e os desafios do desenvolvimento acelerado iriam intensificar ainda mais a renovação da política externa, especialmente a partir de 1974.

O restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto daquele ano, e o pronto reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas, meses depois, foram alguns dos marcos mais visíveis dessa renovação.

Como Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, o Embaixador Ítalo Zappa, patrono da turma que hoje se forma, participou ativamente do planejamento e execução dessas decisões.

Zappa tinha gosto em ser um desbravador de novas frentes diplomáticas e transformou a sua carreira em exemplo de trabalho pela afirmação da autonomia de nossa política externa. E eu entendo que seja esse o sentido da homenagem que os novos diplomatas resolveram fazer-lhe, à qual eu me junto, como Chanceler e, sobretudo, como colega e amigo do Embaixador Zappa.

Caros formandos,

Antes de concluir esta breve volta ao passado, acrescento uma observação sobre os anos que se seguiram àquele momento de mudança da política externa.

Tínhamos clara consciência – até porque o sentíamos no dia-a-dia – de que a nossa projeção no mundo seguia marcada pela permanência do autoritarismo, pelas violações dos direitos humanos, pelo descaso para com o meio ambiente, valores que ganhavam espaço nas normas de comportamento internacional.

Tal como na esfera econômica o sucesso do modelo de substituição das importações, com forte intervenção e proteção estatal, retardou entre nós a percepção de que era preciso mudar, também na política externa nossos êxitos diplomáticos, e o sólido respaldo na opinião pública interna, atrasaram a atualização de posições e atitudes, especialmente em matéria de defesa da democracia,

direitos humanos, meio ambiente e não-proliferação. Essa atualização desencadeou-se a partir de 1985, ganhou impulso no início dos anos 90, mas ampliou-se e acelerou-se especialmente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Das medidas que tenho definido como resgate de hipotecas do passado, e entre as quais se inclui a adesão ao TNP, a mais recente foi o reconhecimento da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, Vice-Presidente da Corte e paraninfo desta turma, foi ao mesmo tempo incentivador e testemunha da determinação do Presidente Fernando Henrique e de seu governo de dar mais esse importante passo na transformação de nosso relacionamento com o meio internacional.

Senhor Presidente, caros formandos,

Todos queríamos que o Brasil tivesse mudado muito mais nos últimos trinta anos, que tivéssemos passado definitivamente à condição de país desenvolvido, que tivéssemos conseguido melhorar a qualidade de vida da maioria dos brasileiros. Tudo isso é verdade, bem sabemos.

O fato inegável, porém, é que, embora não tenhamos ainda chegado aonde todos queremos chegar – a minha geração talvez tivesse uma visão excessivamente ambiciosa de sua capacidade de transformar as coisas – os novos colegas que agora se formam começam suas carreiras em um país muito diferente, e muito melhor do que o Brasil de 1963.

Hoje servimos a uma sociedade que pode cada vez mais e, com toda justiça, reivindica e espera cada vez mais. Nosso dever como servidores do Estado é fazer sempre o máximo para corresponder a essas demandas e expectativas.

Hoje representamos um país politicamente amadurecido e estável. Nossas instituições fundamentais, embora aperfeiçoáveis, como todas as organizações de pessoas, funcionam e cumprem o seu papel.

Hoje trabalhamos para uma sociedade amplamente servida de entidades e lideranças, cuja atuação compõe o quadro de demandas e

vontades a partir do qual se define o interesse nacional que nos cabe defender e promover.

Hoje temos Forças Armadas democráticas e disciplinadas, estritamente dedicadas às suas atividades profissionais e cumpridoras de sua vocação histórica e de sua missão constitucional.

Hoje contamos com uma imprensa livre e vigorosa, que tem cumprido uma função muito relevante nessa mudança da vida nacional. Não posso deixar de observar, no entanto, que, talvez em função da magnitude dos desafios internos do Brasil, os nossos meios de comunicação dedicam um espaço excessivamente limitado aos temas das relações internacionais do País. Essa dimensão, todos sabemos, é cada vez mais importante na superação definitiva dos nossos problemas, dada nossa inevitável necessidade de uma sempre melhor inserção internacional do Brasil.

Em todas essas frentes, e em muitas outras, houve avanços inegáveis. Mas a diferença mais importante entre o dia de hoje e o momento de minha formatura é, sem dúvida, o fato de que, ao contrário de 1963, não existe agora qualquer ameaça de retrocesso no desenvolvimento político e social do País.

Ao longo de suas carreiras, os colegas que agora se incorporam ao Itamaraty serão representantes de uma democracia cada vez mais vigorosa, de uma sociedade que não admite abrir mão do poder e dos direitos que lhe cabem.

A propósito, quero fazer uma observação sobre a nossa atuação internacional. O Brasil tem praticado uma política externa convergente com os vetores principais da vida internacional, não por uma preferência ou por caprichos do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou daquele que ele escolheu para dirigir o Itamaraty, e sim porque esse rumo reflete os valores e as aspirações da nossa sociedade para o seu próprio futuro.

Os brasileiros querem, nós queremos, mais democracia, mais respeito aos direitos humanos, mais oportunidades de realização pessoal e bem-estar material, mais liberdade e melhores condições de empreendimento econômico, mais acesso a bens e serviços gerados no exterior, mais espaço para exportar nossos produtos, mais preservação



do meio ambiente, mais cooperação no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

O nosso discurso – e a nossa ação diplomática nesses e em outros temas – é coerente, pois defendemos para o mundo o mesmo que queremos para nós.

Não temos a ilusão de que a humanidade se esteja aproximando de modo uniforme desses ideais e objetivos, ou sequer de que o atual ordenamento internacional seja o melhor caminho para chegarmos a isso.

Daí a razão pela qual, apesar de nos orientarmos pelos valores prevaletentes na cena mundial, seguimos convencidos de que a política externa brasileira deve estar voltada não para a manutenção do *statu quo*, numa postura conservadora, mas sim para a transformação de uma realidade internacional que ainda tem mais defeitos do que virtudes.

Apesar de a ação militar da OTAN se realizar por ponderáveis motivações humanitárias, a atual crise no Kosovo – especialmente a circunstância de uma aliança de países haver julgado necessário recorrer à força prescindindo do mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas – é atestado claro e preocupante de que as instituições e o direito internacionais ainda não se conseguiram impor completa e definitivamente em um universo que segue regido, em última instância, pelo exercício do poder econômico e militar.

Ao Brasil, e à grande maioria das nações, não interessa tal estado de coisas. Faz sentido, portanto, que trabalhem por sua mudança.

Esse impulso transformador deve combinar-se, no entanto, com uma boa dose de realismo. Para todas as diplomacias do mundo, o meio internacional é um dado da realidade. Em outras palavras, algo cujas características fundamentais, e cuja dinâmica, estão além do controle individual de qualquer país.

Isto não significa, é evidente, que não haja enormes diferenças de capacidade de influência entre os diversos Estados nacionais. Mas sim quer dizer que, diante de uma vida internacional cada vez mais integrada e complexa, os governos – e as sociedades que representam – devem ter

uma visão lúcida dos limites de seu poder de controlar o curso dos acontecimentos no plano global, ou de isolar-se de seus efeitos.

Penso em realismo não como oposto de idealismo, mas como contrário de ingenuidade – este um defeito absolutamente incompatível com a condição de diplomata. Refiro-me, por um lado, à ingenuidade daqueles para quem o simples aprofundamento dos laços com o ambiente externo, e a obediência aos cânones dominantes, trariam a solução para os problemas fundamentais das sociedades a que pertencem – problemas, como ensinou Fernando Henrique Cardoso, muitas vezes relacionados à própria história da inserção internacional dessas sociedades. Por outro lado, existe a ingenuidade dos que acreditam ser viável tanto afastar-se do curso central da evolução mundial, atrás de cortinas de separação difíceis de imaginar, quanto **negociar** e obter compensação direta para cada movimento que se faça em direção a padrões normais de integração ao meio internacional.

Como explicou San Tiago Dantas, na cerimônia de formatura da minha turma, da qual foi paraninfo: "realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência, e (...), ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões, estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão".

Além de realismo, é preciso trabalhar com claro sentido de História. O que em um dado momento talvez se afigure como uma avenida luminosa pode transformar-se, pouco depois, em obscuro beco sem saída. Daí a necessidade de buscarmos invariavelmente, em nosso relacionamento externo, o maior grau possível de autonomia. Este sempre foi e continua a ser um parâmetro básico da diplomacia brasileira.

Autonomia não se confunde com isolamento ou auto-suficiência, mas com a preservação de margens de escolha e manobra suficientes para que sejamos capazes de seguir os caminhos delineados pela vontade e pelos interesses da Nação a que servimos.

Senhor Presidente, novos colegas,

Algo essencial não mudou entre a minha formatura e a manhã de hoje: o desenvolvimento, na acepção mais abrangente do conceito, continua a ser para o Brasil, para todos nós, o desafio maior, a grande luta a vencer.

Não nos enganemos: as profundas desigualdades e carências que ainda caracterizam a nossa sociedade são o principal impedimento a que o Brasil tenha um papel de maior peso na vida internacional e possa influir para torná-la mais propícia à realização de nossos interesses e aspirações.

A prioridade absoluta da diplomacia brasileira só pode ser, por conseguinte, servir à causa do desenvolvimento. É o que vimos fazendo há várias décadas e será, sem dúvida, o que o Itamaraty continuará a fazer, com dedicação e orgulho, até que nós brasileiros tenhamos conseguido transformar o Brasil na Pátria justa, no "sonho intenso" de que fala nosso Hino Nacional.



**Discurso do Professor  
Antônio Augusto Cançado Trindade  
Paraninfo da Turma**

Que sejam minhas primeiras palavras de sinceros agradecimentos aos caríssimos formandos do Instituto Rio Branco pela distinção, que muito me honra, de sua escolha para paraninfo da Turma Ítalo Zappa. Sua formatura coincide com o final de um século de grande densidade histórica. Ao me concederem o privilégio de dirigir-lhes, nesta grata ocasião, estas últimas palavras como seu professor, me permitirei compartilhar com os estimados formandos algumas brevíssimas reflexões sobre o legado deste século próximo ao fim, com atenção especial à evolução e aos rumos do direito internacional e, neste contexto, ao papel hoje reservado aos agentes diplomáticos.

Os grandes pensadores contemporâneos que se dispuseram a extrair as lições que levaremos deste século coincidem em um ponto capital, tão bem ressaltado, por exemplo, nos derradeiros escritos de Bertrand Russell, de Karl Popper, de Isaiah Berlin, dentre outros: nunca como no século XX, se verificou tanto progresso na ciência e tecnologia acompanhado tragicamente de tanta destruição e crueldade; nunca, como em nossos tempos, se verificou tanto aumento da prosperidade acompanhado de modo igualmente trágico de tanto aumento estatisticamente comprovado - das disparidades econômico-sociais e da pobreza extrema! O crepúsculo deste século desvenda um panorama de progresso científico e tecnológico sem precedentes acompanhado de padecimentos humanos indescritíveis.

Ao longo deste século de trágicas contradições, do divórcio entre a sabedoria e o conhecimento especializado, da antinomia entre o domínio

das ciências e o descontrolo dos impulsos humanos, das oscilações entre avanços e retrocessos, gradualmente se transformou a função do direito internacional, como instrumental jurídico já não só de regulação como sobretudo de libertação. O direito internacional tradicional, vigente no início do século, marcava-se pelo voluntarismo estatal ilimitado, que se refletia na permissividade do recurso à guerra, da celebração de tratados desiguais, da diplomacia secreta, da manutenção de colónias e protetorados e de zonas de influência. Contra esta ordem oligárquica e injusta se insurgiram princípios como os da proibição do uso e ameaça da força e da guerra de agressão (e do não-reconhecimento de situações por estas geradas), da igualdade jurídica dos Estados, da solução pacífica das controvérsias internacionais. Deu-se, ademais, início ao combate às desigualdades (com a abolição das capitulações, o estabelecimento do sistema de proteção de minorias sob a Liga das Nações, e as primeiras convenções internacionais do trabalho da OIT).

Em meados do século reconheceu-se a necessidade da reconstrução do direito internacional com atenção aos direitos do ser humano, do que deu eloqüente testemunho a adoção da Declaração Universal de 1948, seguida, ao longo de cinco décadas, por mais de 70 tratados de proteção hoje vigentes nos planos global e regional. Na era das Nações Unidas consolidou-se, paralelamente, o sistema de segurança coletiva, que, no entanto, deixou de operar a contento em razão dos impasses gerados pela Guerra Fria. O direito internacional passou a experimentar, no segundo meado deste século, uma extraordinária expansão, fomentada em grande parte pela atuação das Nações Unidas e agências especializadas, ademais das organizações regionais. A emergência dos novos Estados, em meio ao processo histórico de descolonização, veio marcar profundamente sua evolução nas décadas de 1950 e 1960, em meio ao grande impacto no seio das Nações Unidas do direito emergente de autodeterminação dos povos. Desencadeou-se o processo de democratização do direito internacional.

As Nações Unidas gradualmente voltaram sua atenção também ao domínio econômico e social, a par do comércio internacional, sem prejuízo de sua preocupação inicial e continuada com a preservação da paz e segurança internacionais. Ao transcender os antigos parâmetros do direito clássico da paz e da guerra, equipou-se o direito internacional para

responder às novas demandas e desafios da vida internacional, com maior ênfase na cooperação internacional. Nas décadas de 1960 a 1980, os foros multilaterais se engajaram em um intenso processo de elaboração e adoção de sucessivos tratados e resoluções de regulamentação dos espaços, em áreas distintas como as do espaço exterior e do direito do mar.

As notáveis transformações no cenário mundial contemporâneo desencadeadas, a partir de 1989, pelo fim da Guerra Fria e a irrupção de numerosos conflitos internos, têm caracterizado os anos 90 como um momento na História marcado por uma profunda reflexão, em escala universal, sobre as próprias bases da sociedade internacional e a formação gradual da agenda internacional do século XXI. O ciclo das Conferências Mundiais das Nações Unidas deste final de século tem procedido a uma reavaliação global de muitos conceitos à luz da consideração de temas que afetam a humanidade como um todo. Seu denominador comum tem sido a atenção especial às condições de vida da população (particularmente dos grupos vulneráveis, em necessidade especial de proteção), daí resultando o reconhecimento universal da necessidade de situar os seres humanos de modo definitivo no centro de todo processo de desenvolvimento. Com efeito, os grandes desafios de nossos tempos - a proteção do ser humano e do meio ambiente, o desarmamento, a erradicação da pobreza crônica e o desenvolvimento humano, e a superação das disparidades alarmantes entre os países e dentro deles, - têm incitado à revitalização dos próprios fundamentos e princípios do direito internacional contemporâneo, tendendo a fazer abstração de soluções jurisdicionais e espaciais (territoriais) clássicas e deslocando a ênfase para a noção de solidariedade.

O ordenamento internacional tradicional, marcado pelo predomínio das soberanias estatais e exclusão dos indivíduos, não foi capaz de evitar a intensificação da produção e uso de armamentos de destruição em massa, e tampouco as violações maciças dos direitos humanos perpetradas em todas as regiões do mundo, e as sucessivas atrocidades de nosso século, inclusive as contemporâneas, - como o holocausto, o *gulag*, seguidos de novos atos de genocídio, e.g., no sudeste asiático, na Europa Central (ex-Iugoslávia) e na África (Ruanda). Tais atrocidades têm despertado a consciência jurídica universal para a

necessidade de reconceitualizar as próprias bases do ordenamento internacional.

Afirmam-se, assim, com maior vigor, os direitos humanos universais. Já não se sustentam o monopólio estatal da titularidade de direitos nem os excessos de um positivismo jurídico degenerado, que excluíram do ordenamento jurídico internacional o destinatário final das normas jurídicas: o ser humano. Reconhece-se hoje a necessidade de restituir a este último a posição central - como sujeito do direito tanto interno como internacional - de onde foi indevidamente alijado, com as conseqüências desastrosas já assinaladas. Em nossos dias, o modelo westphaliano do ordenamento internacional afigura-se esgotado e superado.

A própria dinâmica da vida internacional cuidou de desautorizar o entendimento tradicional de que as relações internacionais se regiam por regras derivadas inteiramente da livre vontade dos próprios Estados. O positivismo voluntarista mostrou-se incapaz de explicar o processo de formação das normas do direito internacional geral, e se tornou evidente que só se poderia encontrar uma resposta ao problema dos fundamentos e da validade deste último na consciência jurídica universal, a partir da asserção da idéia de uma justiça objetiva. Nesta linha de evolução também se insere a tendência atual de criminalização de violações graves dos direitos da pessoa humana, paralelamente à consagração do princípio da jurisdição universal. Neste final de século, temos o privilégio de testemunhar o processo de humanização do direito internacional, que passa a se ocupar mais diretamente da realização de metas comuns superiores. O reconhecimento da centralidade dos direitos humanos corresponde a um novo *ethos* de nossos tempos.

A titularidade jurídica internacional do ser humano, tal como a anteviam os chamados fundadores do direito internacional (o direito das gentes), é hoje uma realidade, para a qual o Brasil tem dado efetivamente sua contribuição, ao ratificar todos os principais tratados de proteção e ao aceitar, aos 10 de dezembro do ano passado, a competência contenciosa de um tribunal internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta decisão histórica e alentadora, tomada pelo Senhor Presidente da República, acatando recomendação nesse sentido do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, aqui presentes como principais oficiantes desta cerimônia, veio congrega o poder público e a sociedade civil em

torno de uma causa comum, alinhando definitivamente nosso país com o movimento universal de resgate do ser humano como sujeito de direitos nos planos tanto nacional como internacional.

Na construção do ordenamento jurídico internacional do novo século, testemunhamos, com a gradual erosão da reciprocidade, a emergência *pari passu* de considerações superiores de *ordre public*, refletidas nas concepções das normas imperativas do direito internacional geral (o *jus cogens*), dos direitos fundamentais inderrogáveis, das obrigações *erga omnes* de proteção (devidas à comunidade internacional como um todo). A consagração destas obrigações representa a superação de um padrão de conduta erigido sobre a pretensa autonomia da vontade do Estado, do qual o próprio direito internacional buscou gradualmente se libertar ao consagrar o conceito de *jus cogens*. Há que dar seguimento à evolução auspiciosa da consagração das normas de *jus cogens* e obrigações *erga omnes*, buscando assegurar sua plena aplicação prática, em benefício de todos os seres humanos. Estas novas concepções se impõem em nossos dias, e de sua fiel observância dependerá em grande parte a evolução futura do direito internacional. É este, em meu entender, o caminho a seguir, para que não mais tenhamos que conviver com as contradições trágicas que marcaram este século próximo ao final.

Enfim, qual o papel reservado aos diplomatas no novo século que se aproxima? Continuarão, certamente, a exercer a função de agentes do Estado, mas tendo assimilado as lições da realidade internacional de nossos tempos. Continuarão a ser agentes do Estado, sim, mas atentos sempre aos anseios da sociedade civil que também representam. A razão de Estado tem limites, no atendimento das necessidades e aspirações da população, e no tratamento equânime das questões que afetam toda a humanidade. Saberão, como agentes do poder público em parceria constante com a sociedade civil, dar a contribuição brasileira a um ordenamento internacional mais justo para todos.

Pelo que pude observar na sala de aulas, estou seguro de que será neste espírito que os estimados formandos de hoje haverão de desempenhar seu importante papel. É o que me permito vaticinar, dados a fina sensibilidade e o espírito de discernimento e solidariedade que caracterizam esta primeira turma do Programa de Formação e



Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco, egressa de um curso com enfoque profissionalizante sem prejuízo da formação necessariamente humanista, que muito breve renderá frutos. Reitero-lhes meu profundo agradecimento pela generosa distinção de ser seu paraninfo, no momento em que completo 22 anos de docência no Instituto Rio Branco e de relações sempre cordiais de trabalho com o Ministério das Relações Exteriores de nosso país. Estendo aos caríssimos formandos os mais sinceros votos de que sejam todos muitos felizes nos planos tanto profissional como pessoal.

Muito obrigado.

## **Discurso do Secretário Pedro Luiz Dalcero, orador da turma “Ítalo Zappa”**

A decisão de escolher Ítalo Zappa para patrono desta nova turma de diplomatas não é o simples cumprimento de uma formalidade. Nosso patrono soube colocar os interesses do País acima dos interesses pessoais. Suas missões precursoras estavam inseridas num movimento de expansão da política externa brasileira.

Buscamos naquele que nos emprestará o nome tudo que sua trajetória profissional possa evocar: o sentido do dever, a criatividade na ação diplomática, o respeito aos subordinados e a probidade no trato da coisa pública. A esses atributos profissionais agregavam-se qualidades como o humanismo, a coragem, a inteligência brilhante e o desprendimento.

Sabemos que as instituições necessitam de seus mitos, de seus ícones, que lhes sirvam de modelos e na definição dos seus objetivos de longo prazo. Cremos ser o Embaixador Ítalo Zappa um ícone contemporâneo do Itamaraty. Para nós, jovens diplomatas, cujas carreiras se iniciam simbolicamente nesta cerimônia, é fundamental a inspiração em figuras como a de Ítalo Zappa para que possamos estar à altura dos novos desafios.

Senhor Presidente,

O Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (PROFA) incorporou mudanças curriculares e alterações na forma de recrutamento. O ingresso direto na classe de Terceiros-Secretários amplia as oportunidades de acesso aos que já possuem muitas das responsabilidades da vida adulta. A abolição recente do limite de idade para habilitar-se ao concurso e o fim das condicionalidades limitantes

para o ingresso representam o ajustamento do Itamaraty às disposições da Constituição de 1988.

Muito foi mudado, o essencial, porém, se preservou. Manteve-se o nível de exigência do exame de admissão ao Rio Branco, assim como a possibilidade de enriquecimento intelectual no contato diário com professores, diplomatas e conferencistas especialmente convidados. Ficamos gratos a todos pelo convívio cordial, a discussão de idéias e o debate honesto.

Esta primeira turma do PROFA contou, ainda, com o privilégio de usufruir do retorno ao Instituto Rio Branco do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, nosso paraninfo. A ele dirigimos nossos mais calorosos agradecimentos. Cada uma de suas aulas constitui exposição brilhante, que une vasta experiência prática ao mais sólido conhecimento teórico.

Agradecemos também nossos orientadores profissionais, colegas mais antigos, que, com paciência e sabedoria, souberam lidar com a natural ansiedade dos que começam. Manifestamos nosso apreço aos nossos superiores durante o período de estágios, por terem nos iniciado ao cotidiano da Casa. Aos funcionários do Instituto Rio Branco, nosso reconhecimento pela gentileza com que sempre nos atenderam. E dedicamos aos nossos familiares esse momento, com a gratidão pelo estímulo constante.

Por fim, cumpre um agradecimento especial ao Embaixador André Amado, Diretor do Instituto Rio Branco, condutor das recentes reformas que deram ensejo ao PROFA. Sua Excelência nos orientou com arrojo e cautela, a nós, novos espécimes dessa velha linhagem profissional que são os diplomatas brasileiros. Esperamos corresponder às suas mais elevadas expectativas.

Senhor Presidente,

Somos testemunhas de uma realidade que Vossa Excelência costuma denominar de globalização assimétrica. Vivemos talvez o período mais crítico da economia mundial nas últimas décadas. A globalização financeira lançou desafios em escala planetária. Seu aparecimento trouxe benefícios, porém gerou riscos ainda não totalmente compreendidos e enfrentados.

Na esfera do comércio internacional, a crise financeira veio agravar dificuldades estruturais antigas, ainda não resolvidas pela



OMC. Os produtos brasileiros continuam a enfrentar severas barreiras tarifárias e não-tarifárias nos mercados dos países do Norte.

A este estado da economia mundial sobrepõe-se uma situação política que Sua Excelência o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, identificou, há poucos meses atrás, como de "crises velozes e abrangentes (...) em que a convergência de valores não significa (...) uma maior aproximação no plano dos interesses concretos". Ou, ainda, um cenário de "estabilidade ilusória", de ambigüidade e de unilateralismo, tal como definido por Sua Excelência o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, em seu discurso de posse como Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Esses comentários, Senhor Presidente, são feitos com o respeito e a modéstia de uma turma de Terceiros-Secretários recém-egressos do Instituto Rio Branco. Queremos apenas ressaltar que nesses anos de preparação desenvolvemos uma consciência mais clara dos desafios e tarefas que se apresentam à diplomacia brasileira. O fortalecimento das fundações do Mercosul e o papel do Brasil na formação de consensos, a exemplo da bem-sucedida conclusão do Processo de Paz Peru-Ecuador, são experiências que vão marcar definitivamente nossa vida profissional.

Para finalizar, permita-nos a referência ao poeta Gregório de Matos. Com a ironia que lhe era característica, o Boca do Inferno dizia que os Mazombos, descendentes de portugueses nascidos no Brasil do séc. XVII, nutriam uma eterna nostalgia da Europa, mesmo sem terem sequer visitado a metrópole. Os diplomatas que hoje se formam, Senhor Presidente, são os antípodas dos Mazombos escarnecidos por Gregório de Matos. Nossos afetos e valores não estão dissociados da realidade brasileira. São valores e afetos que motivam e – estamos seguros – irão motivar nossa atuação profissional.

Muito obrigado.



O Fortalecimento de uma Perspectiva Brasileira nas Relações Internacionais

Tiragem: 2.500 exemplares

Capa; papel Couche LD 240g/m<sup>2</sup>, plastificação/fosco, 4/0 cores

Miolo: AP90g/m<sup>2</sup>, 1/1 cores, art final fornecida pela FUNAG.





